



Publicações
da Gestão do Conhecimento

BOLETIM DO CONHECIMENTO

INFORMATIVO DO SESTF

2025

ACESSE BOLETIM NA ÍNTEGRA

EDIÇÃO Nº 69

DESTAQUES

PRECEDENTES

STJ

STJ define início da prescrição para ações sobre falhas no PASSEP (Tema 1387).

[Saiba mais](#)

STJ

STJ confirma que arbitramento da base do ITCMD pelo Fisco decorre da CTN (Tema 1374).

[Saiba mais](#)

STJ

STJ decide que ICMS, PIS e COFINS devem compor a base de cálculo do IPI (Tema 1354).

[Saiba mais](#)

STJ

STJ afasta uso de Decreto 20.910/1932 para fundamentar prescrição intercorrente em processos administrativos (Tema 1254).

[Saiba mais](#)

STJ

STJ define alcance da Lei 12.465/2017 em contratos de alienação fiduciária (Tema 1290).

[Saiba mais](#)

STJ

STJ define que juras de morem em indenização por perseguição política contam do evento danoso (Tema 1252).


[Saiba mais](#)

STJ

STJ vai definir sobre a inclusão de Juras remuneratórias nos cálculos da sentença proferida no Ação Civil Pública do PASSEP (Tema 1386).

[Saiba mais](#)


BILHETE TIRO



DIREITO PÚBLICO

A 8ª Câmara de Direito Público determinou a manutenção da redução de 50% da carga horária de trabalho de um servidor municipal, para que pudesse acompanhar o tratamento multidisciplinar intensivo da filha menor, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No caso, o autor, professor efetivo, pleiteou a medida sem prejuízo remuneratório, alegando necessidade de supervisão contínua. O colegiado reconheceu a aplicação da Lei nº 12.764/2012, da legislação municipal e do Nise firmado pelo STF no Tema 1.092, que assegura horário especial para acompanhamento de dependentes com deficiência, independentemente de compensação, diante da comprovação da necessidade terapêutica intensiva.

[Saiba mais](#)




DIREITO PRIVADO

A 9ª Câmara de Direito Privado reconheceu a responsabilidade objetiva de um shopping center e do administradores do estabelecimento por ruído ocorrido nas dependências do estabelecimento, condenando-o ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil. No caso, a consumidora adquiriu opção indenizatória após ser vítima de ruído no estacionamento, fato ocorrido em dois momentos de ocorrência e pela condenação criminal do autor do dano. O colegiado aplicou interpretação extensiva do Súmula 350 do STF, considerando o evento como fato interno e violação da legítima expectativa de segurança, afastando o pedido de danos materiais por falta de comprovação e excluindo a obrigação da seguradora de reembolsar valores por ausência de cobertura para danos morais.

[Saiba mais](#)

DIREITO PENAL



DIREITO PENAL

A 3ª Câmara Criminal manteve a condenação de um réu pelo crime de estelionato eletrônico, fixado em 5 anos e 4 meses de reclusão, além de 33 dias multa. No caso, o acusado recebeu valores oriundos de golpe aplicado via aplicativo de mensagens, repassou parte a terceiros e reteve o restante. O colegiado considerou comprovada a autoria e a materialidade por documento e prova oral, afastando a tese de desconhecimento da origem ilícita.

[Saiba mais](#)

NOTÍCIAS STJ

Dano moral decorrente de violência doméstica contra a mulher é presumido, decide Corte Especial.

[Saiba mais](#)


NOTÍCIAS CNJ

Tribunais receberão Selo da Linguagem Simples.


Boas Práticas: CNJ aprova iniciativas em Justiça Restaurativa e prática de processos.

Justiça voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher e à defesa do infâncio.


[Saiba mais](#)




Serviço de
Defesa de Jurisprudência
e Legislação
SESTF



Divisão de
Orientação de Atuação
de Jurisprudência
DIOCAC



Departamento de
Conteúdo de Conhecimento
Institucional
DECCO



Secretaria-Geral
de Gestão do
Conhecimento
SUCON

Rua São Francisco, 95 - Prédio 10 - Caixa Postal 14690-900 - São Paulo - SP (011) 3083-3700 (011) 3083-3701 (0800) 90000000

Boletim do Conhecimento

Periódico digital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), editado desde 2008, é encaminhado às segundas, quartas e sextas-feiras, via *e-mail* institucional, a magistrados, servidores e cadastrados externos. Reformulado em 2025, ganhou novo *layout*, mais atrativo, e uma folha de destaque interativa, com resumos temáticos e *links* diretos para notícias relevantes. O Boletim reúne verbetes sumulares, enunciados, precedentes e julgados relevantes do TJRJ, além das principais novidades sobre legislações federais, estaduais e municipais do Rio de Janeiro. Compila ainda as atualizações mais relevantes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

[Acesse >>](#)

<https://www.tjrj.jus.br/web/portal-conhecimento/boletim-do-conhecimento>

EDIÇÃO 17

JULGADOS EM PAUTA

NOTICÁRIO SEMANAL DO TJRJ SEMANA DE 27 DE NOVEMBRO A 3 DE DEZEMBRO DE 2023



Tradicional escola de dança será indenizada por cancelamento de espetáculo

A Quarta Câmara de Direito Público reconheceu a responsabilidade de civil da Fundação Cidade das Artes pelo cancelamento de espetáculo contratado, em razão da ausência de certificação do Corpo

[Leia em íntegra](#)

Tribunal afasta responsabilidade de instituições financeiras por golpe da falsa vaga de emprego

A Vigésima Câmara de Direito Privado manteve, por unanimidade, sentença que afastou a responsabilidade de instituições financeiras por fraude envolvendo o golpe da falsa vaga de emprego.



[Leia em íntegra](#)



Justiça garante validação de certificado de conclusão de ensino médio

A Quinta Câmara de Direito Público concedeu segurança para validar o certificado de conclusão do ensino médio e determinar a emissão do histórico escolar de estudante que realizou suas atividades em 2017.

[Leia em íntegra](#)

Companhia aérea é condenada por impedir embarque de passageiro com documento de identidade válido

A Quinta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reformou, por unanimidade, a decisão do magistrado de 1ª grau que julgou improcedente uma ação de indenização por danos materiais e morais,



[Leia em íntegra](#)

Servidora pública será indenizada pelas parcelas de empréstimos consignados descontadas indevidamente em folha



A Oitava Câmara de Direito Público condenou o Banco BMG e o Município de Cabo Frio a pagar R\$ 5 mil de indenização por danos morais, além de restituírem em dobro valores indevidamente cobrados a uma servidora municipal que teve parcelas de empréstimos

consignados descontados em folha, sem repasse à instituição financeira. Os descontos resultaram na negociação indevida de seu nome.

[Leia em íntegra](#)

Sugestões de posts e subtítulos de cadastramento do público externo para envio de formulários de solicitação de acesso pelo e-mail: sgcon.asinc@tjrj.jus.br

Sistema publicado por:

 Conselho de Administração do TJRJ

 Diretoria de Tecnologia da Informação do TJRJ

 CONHECIMENTO

Julgados em Pauta

Boletim eletrônico que reúne decisões do Órgão Especial, das Seções e Câmaras de Direito Público e Privado, das Turmas Recursais e de outros órgãos julgadores do TJRJ. Com linguagem simples e jornalística, apresenta o conteúdo de forma clara, direta e acessível ao público em geral. O *Julgados em Pauta* é distribuído semanalmente, às quintas-feiras, e pode ser solicitado pelo *e-mail* sgcon.asinc@tjrj.jus.br.

Acesse >>

<https://www.tjrj.jus.br/web/portal-conhecimento/julgados-em-pauta>

Ementário de Jurisprudência Temático

O *Ementário de Jurisprudência Temático* é uma publicação eletrônica mensal de caráter institucional, voltada à divulgação qualificada da jurisprudência do Tribunal. A produção reúne criteriosa seleção de ementas de decisões proferidas pelo TJRJ, organizadas por temas atuais e relevantes, acompanhadas de *links* que permitem o acesso ao inteiro teor dos julgados, contribuindo para a disseminação do conhecimento jurídico junto aos operadores do Direito.

Acesse >>

<https://www.tjrj.jus.br/web/portal-conhecimento/juridico/ementarios-de-jurisprudencia-ed-especial>

